

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política

Rafael Nunes Magalhães

Instituições Políticas e Eficácia da Ajuda Externa

Trabalho preparado para apresentação no VI Seminário
Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP

Instituições Políticas e Eficácia da Ajuda Externa

Rafael Nunes Magalhães

Resumo

Instituições políticas afetam a alocação e eficácia da ajuda externa? Os objetivos do trabalho são investigar de que maneira incentivos institucionais influenciam a decisão de um país se tornar doador, e avaliar como, nos países recipiendários, esses incentivos afetam a eficácia da ajuda. A hipótese principal é que a presença de coalizões vencedoras amplas nas democracias implica no investimento do fluxo de ajuda externa em serviços para as populações mais vulneráveis. O resultado desse efeito institucional sobre a eficácia da ajuda é medido por índices de desenvolvimento econômico e de redução de pobreza.

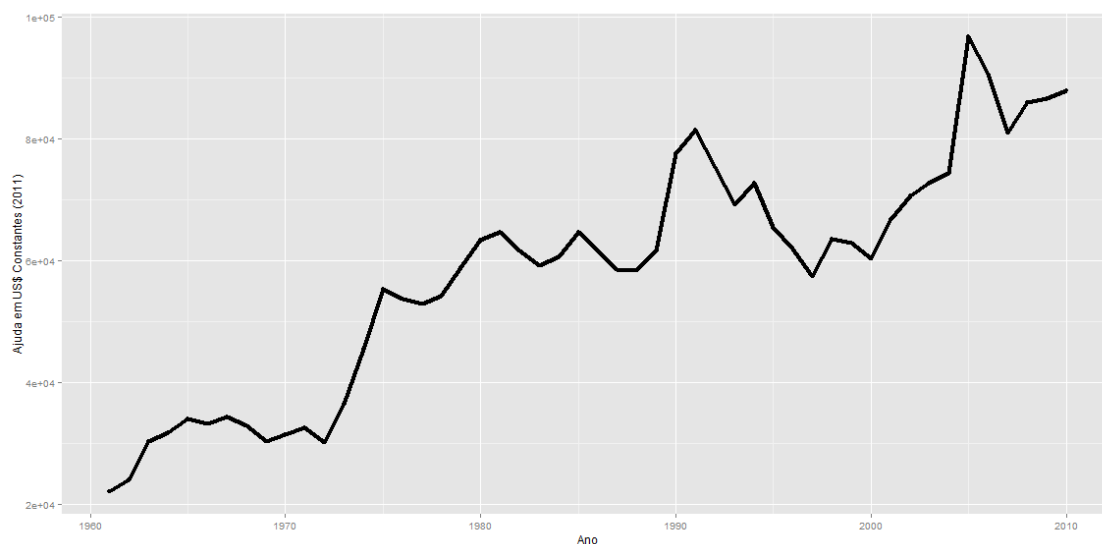
1 Introdução

Investimento maciço em ajuda externa é um fenômeno relativamente novo. Apesar de haver precedentes históricos, a ideia de transmitir recursos a países menos desenvolvidos de maneira constante e sistemática ganha tração na segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra. Apesar de sua história curta, os resultados encontrados na literatura questionam se essa é uma política já não deveria ter sido descartada. Estudos como o de [Alesina and Dollar \(2000\)](#) indicam um ceticismo crescente sobre os efeitos positivos da ajuda sobre o crescimento econômico dos países recipiendários, e encontram mesmo efeitos

negativos. Ferramentas como Investimento Direto ou aumento do fluxo de comércio têm efeitos muito mais claros sobre as economias de países subdesenvolvidos.

Ainda assim, países continuam investindo em ajuda externa: entre 1961 e 2011, o investimento quase quadruplicou (Figura 1). Este trabalho busca entender por quê. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a ajuda externa tem papel central na política internacional de desenvolvimento. Apesar de temores de que o fluxo de ajuda externa sofreria forte atenuação a partir do fim da Guerra Fria, compromissos por parte de países e organizações internacionais para financiar intervenções de desenvolvimento em países pobres continuaram e até mesmo aumentaram (Wright and Winters, 2010). Iniciativas como as Metas de Desenvolvimento do Milênio, assim como interesses de países doadores, fizeram com que as iniciativas de ajuda externa mantivessem o fôlego nas últimas duas décadas.

Figura 1: Evolução da Ajuda Externa - 1961 a 2011



As principais ferramentas utilizadas atualmente para operacionalizar os fluxos internacionais de ajuda externa são a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) (OCDE, 1999). No entanto, a estratégia de promoção econômica para países subdesenvolvidos mudou ao longo dos anos. Historicamente, o crescimento econômico foi promovido

como a principal ferramenta de desenvolvimento, e por muito tempo pensava-se que o crescimento econômico persistente levaria a redução da pobreza, por si só. Ao longo das décadas, no entanto, o foco da agenda de desenvolvimento passou à promoção de projetos de infraestrutura de grande escala e, posteriormente, para a ideia da liberalização de mercados a partir da década de 1980. A década de 1990 viu um movimento para longe da agenda de ajuste estrutural, com ênfase nos direitos humanos e prestação de serviços básicos (Gilbert and Vines, 2006). Durante a última década, democracia e “boa governança” têm sido promovido como ferramentas para a eliminação da pobreza e a criação de crescimento econômico, mas a evidência empírica é inconclusiva (ver, por exemplo, Alvarez et al. (2000), (Doucouliagos and Ulubalu, 2008)).

Apesar dessa longa história, a área de ajuda externa prossegue sendo uma das áreas substantivas de pesquisa nas ciências sociais em que o vazio entre importância estratégica e avanço de agenda de pesquisa é dos mais salientes (Wright and Winters, 2010). Entre elas, a que gerou o debates mais frutíferos na área entre os anos 1990 e 2000 dizem respeito ao efeito da ajuda externa sobre o desenvolvimento econômico dos países recipiendários. De forma análoga, mas em perspectiva inversa, outra questão que despertou o interesse de pesquisadores é a relação entre a doação de ajuda externa e os interesses estratégicos dos países doadores. Como veremos adiante, uma conclusão que emerge dos primeiros estudos sistemáticos sobre ajuda externa é a falta de efetividade desse investimento sobre os objetivos que, ao menos oficialmente, eles devem atingir. Com a constatação de que a ajuda externa tem baixo impacto sobre o desenvolvimento e com a observação empírica de países desenvolvidos investindo montantes cada vez maiores nessa política, aparecem os primeiros sinais de que a ajuda externa responde a necessidades de países doadores, não de países recipiendários.

No discurso público, no entanto, a ajuda externa é promovida como uma das principais ferramentas para a erradicação da pobreza global. Ao longo das últimas décadas,

a literatura desenvolvida por pesquisadores da Economia e da Ciência Política refinaram as constatações pessimistas daquela primeira onda de estudos, sem conclusões definitivas sobre os efeitos positivos ou deletérios de recursos doados de países desenvolvidos a países subdesenvolvidos. Pesquisadores têm debatido, desde os anos 2000, se a ajuda é boa para o crescimento econômico; se não tem nenhum efeito; ou se, de fato, prejudica o desenvolvimento econômico dos países recipiendários (Radelet, 2006). O consenso formado por esses estudos é que a ajuda externa funciona em condições específicas (Burnside and Dollar, 2004; Collier and Dollar, 2002). A linha de pesquisa se desenvolve para a fase em que o mais urgente é especificar de maneira mais rigorosa que condições são essas, e quais delas otimizam o efeito positivo da ajuda. Há uma compreensão geral de ajuda externa como uma ferramenta eficaz na criação de crescimento quando certas condições estão presentes, indicando que a hipótese de uma relação linear entre ajuda e crescimento não é válida.

Este trabalho se propõe a investigar o efeito da democracia sobre a efetividade da ajuda externa, assim como examinar os mecanismos que podem explicar a heterogeneidade desses efeitos. A pergunta de pesquisa pode ser colocada da seguinte maneira: **qual é e como se dá o efeito de instituições democráticas sobre a efetividade da ajuda em um país recipiendário?**

O trabalho se apoia em duas justificativas gerais sobre sua pertinência. A primeira diz respeito às condições para a eficácia da ajuda. A pesquisa sobre a eficácia da ajuda tem se atentado tradicionalmente em como as políticas econômicas afetam a eficácia da ajuda, e em grande medida ignorado a importância das instituições políticas. No entanto, a importância de liberdades políticas sobre a qualidade do padrão de vida de um país vem recebendo atenção crescente, destacando a necessidade de mais pesquisa na área (Banik, 2010). Instituições internacionais e países, especialmente ocidentais, estão com cada vez mais frequência condicionando fluxos de ajuda à reformas de democratização e ao

aprimoramento de direitos políticos e liberdades civis. De fato, [Alesina and Dollar \(2000\)](#) encontraram evidências que suportam a afirmação de que países que se democratizam recebem mais ajuda.

A segunda justificativa diz respeito à importância de mecanismos subjacentes aos regimes democráticos que promovem maior efetividade da ajuda. Dadas a falta de robustez dos resultados disponíveis sobre a eficácia da ajuda, não só é importante esclarecer o efeito causal, mas os mecanismos por trás desses efeitos. É possível que a falta de resultados robustos seja atribuída a problemas de endogeneidade e baixa identificação das ferramentas econométricas aplicadas nos estudos dos anos 1990 e começo dos anos 2000. A identificação de mecanismos causais abre a possibilidade de tornar mais claros os efeitos de determinadas políticas e condicionalidades, tornando mais produtivos os esforços sinceros de desenvolvimento.

Para efeito de definição, estão incluídos na categoria "ajuda externa" todos os projetos entre Estados que seja mediado por uma agência oficial e que tenha como fins imediatos o aumento do bem-estar social. Estão incluídos projetos de cooperação técnica, programas de promoção cultural (desde que ajudem a reforçar traços culturais do país beneficiário) e programas de energia nuclear com finalidade civil). Não são incluídos programas de ajuda militar ou programas de manutenção de paz.

2 Literatura

Um dos motivos mais citados para a ineficácia da ajuda são a corrupção e a ignorância de líderes autocráticos ([Kuznets, 1955](#); [Meredith, 2007](#); [Ayittey, 2005](#); [Mundial, 1992](#)). Tais líderes enxergam a ajuda como recursos a baixo custo para se distanciarem de sua população e aumentar sua própria riqueza pessoal e segurança. [Morgenthau](#)

(1962) estava entre os primeiros a argumentar que a ajuda não contribuiu para mudanças políticas e sociais, por servirem apenas ao líder incumbente. Outros estudos empíricos têm mostrado que a ajuda ao desenvolvimento direcionada a regimes autocráticos têm efeito prejudicial ao bem-estar médio da população: por exemplo, ajudando o regime consolidar o seu poder através da corrupção e da exploração, em vez de investi-lo em políticas públicas eficazes (De Mesquita and Smith, 2005; Levine and Roodman, 2003; Wintrobe, 1990; Van der Walle, 2001).

Parece plausível supor que um maior grau de transparência e *accountability* do governo levaria a um ambiente mais eficaz para eliminar a pobreza. Diferentes regimes fornecem diferentes incentivos sobre onde e quanto investir. Democracias e autocracias, portanto, alocam recursos de forma diferente. Os mecanismos políticos de uma democracia aumentam a probabilidade de que políticos egoístas saciem seu desejo de sobrevivência política por meio de provisão de bens públicos e distribuição de ajuda como uma maneira de arrematar votos. Em regimes autocráticos, os mecanismos políticos não conseguem providenciar o mesmo resultado pelo fato de a sobrevivência política não depender de eleições com concorrência crível. Assim, não há necessidade de os líderes autocráticos usarem recursos de ajuda externa como meio de obter votos. Assim, em democracias, líderes tendem a investir os recursos de ajuda externa em bens públicos, enquanto autocracias os investem na promoção de seu próprio poder.

Existem três grandes linhas de conclusões sobre a eficácia da ajuda sobre o desenvolvimento econômico de países recipiendários: a) ajuda tem uma relação positiva com o crescimento econômico, b) a ajuda tem nenhum efeito sobre o crescimento econômico, e pode de fato ser prejudicial para o desenvolvimento, e; e c) ajuda tem uma relação condicional com o crescimento econômico, acelerando o crescimento em determinadas condições. A primeira categoria é constituída principalmente de estudos de caso, que descobriram que a ajuda tem, em média, funcionado em situações específicas

(por exemplo [Rosenstein-Rodan \(1961\)](#); [Chenery and Eckstein \(1970\)](#)). No entanto, estudos de caso sofrem da falta de sistematização no tratamento das evidências, assim como na dificuldade de gerar inferências confiáveis sobre a generalização do efeito da ajuda. A segunda escola, por sua vez, é composta de um número relativamente pequeno de estudos, porém com grande influência no *policy-making*. Trata-se, na maioria dos casos, de estudos *cross-section* que impõem suposições relativamente fortes sobre seus modelos, como característico da literatura econométrica da segunda metade do século passado. Esses estudos concluem, geralmente, pela falta de efeito da ajuda sobre o desenvolvimento (ver, por exemplo [Boone \(1994\)](#); [White \(1992\)](#)). A terceira escola de pensamento parece fornecer uma explicação de por que a ajuda tem funcionado em alguns casos e não em outros. Têm em comum com o segundo grupo a preponderância de estudos econométricos com grande quantidade de observações. Efeitos de interação nesses modelos não sobrevivem bem a testes de robustez, apresentando (ver, por exemplo [Burnside and Dollar \(2004\)](#); [Collier and Dollar \(2002\)](#)).

A década de 1990, em particular, viu uma nova geração de pesquisa aparecer, animada pelo trabalho de [Boone \(1994\)](#). Boone de um novo rumo na pesquisa sobre a eficácia da ajuda através da inclusão de determinantes políticos da eficácia da ajuda, assim como por seu foco na relação entre ajuda, crescimento e políticas públicas em suas análises. Ele conclui que a ajuda não tem nenhum efeito sobre o crescimento ou investimento. O artigo analisa os efeitos da ajuda em diferentes tipos de regime: elitista, igualitário e *laissez-faire*. Regimes elitistas têm governos procuram maximizar o bem-estar da elite dominante; regimes igualitários procuram maximizar o bem-estar de sua cidadãos mais pobres, enquanto regimes *laissez-faire* procuram minimizar os impostos e as distorções do mercado. Ele encontra que regimes igualitários e democracias não usam recursos de ajuda externa de forma diferente do que os regimes elitistas ou *laissez-faire*. Todos os regimes tendem a usar a ajuda externa em políticas que estimulam

o consumo, em detrimento de investimentos. No entanto, regimes democráticos têm taxas de mortalidade infantil substancialmente inferiores às de outros regimes. Boone aponta para duas implicações plausíveis de seus resultados: que apoio a regimes liberais é variável eficaz para a redução da pobreza e que existem fatores que afetam a efetividade da ajuda, sem, porém, afetar o tipo de regime.

[Burnside and Dollar \(2004\)](#) receberam muita atenção por abordarem o pessimismo do trabalho de Boone, bem como a falta de consenso de pesquisas anteriores ([Levine and Roodman, 2003](#)). Tratava-se, pelo menos em parte, de uma tentativa de chamar a atenção para a condicionalidade das ajuda. O estudo encontra uma relação positiva entre ajuda e crescimento, mas apenas na presença de “boas políticas”. Os autores afirmam (p. 847): “We find that aid has a positive impact on growth in developing countries with good fiscal, monetary, and trade policies but has little effect in the presence of poor policies”. Para medir “boas políticas”, os autores construíram um índice usando o excedente orçamental, a taxa de inflação e uma medida de abertura da economia desenvolvida por [Sachs et al. \(1995\)](#). Seu artigo tem sido um dos mais influentes sobre os efeitos da ajuda no crescimento econômico. De muitas maneiras, o foi fundamental na sua promoção da agenda liberal de desenvolvimento e implementação políticas econômicas sólidas como condição para a ajuda. O artigo contribuiu fortemente para uma compreensão geral de um aumento na eficácia da ajuda na presença de políticas econômicas sustentáveis (ver, por exemplo [Dalgaard and Hansen \(2001\)](#); [Hansen and Tarp \(2000, 2001\)](#); [Hudson and Mosley \(2001\)](#); [Lensink and White \(2001\)](#); [Lu and Ram \(2001\)](#); [Levine and Roodman \(2003\)](#))).

A razão para as diferentes conclusões em Boone e Burnside e Dollar pode ser encontrada nos modelo de crescimento no qual se baseiam suas análises. Boone assume que já existe uma relação linear entre ajuda e crescimento, enquanto Burnside e Dollar tratam a relação como sendo não-linear, através da introdução de um termo de interação

entre a qualidade das políticas e a ajuda. Burnside e Dollar também apontam que o impacto da ajuda no crescimento está sujeito a retornos decrescentes, o que significa que o impacto da ajuda diminui depois de um certo ponto. Ao incluir um termo quadrático de ajuda, obtêm uma estimativa negativa estatisticamente significativa, indicando que a relação entre ajuda e crescimento não é apenas não linear, mas a apresenta uma queda na eficácia.

De Mesquita and Smith (2007, 2009) aplicam a *Selectorate Theory* à alocação de ajuda externa. A inclusão de alterações institucionais endógenas na teoria significa que os autores conseguem utilizar tanto para explicar a existência da ajuda quanto para analisar suas consequências políticas internas. Uma das implicações da *Selectorate Theory* no que diz respeito à ajuda externa é a sugestão de que práticas corruptas são uma parte essencial da decisão dos doadores para alocar recursos, bem como é do interesse de líderes corruptos receber ajuda (Bueno de Mesquita e Smith 2009, 335). Segundo o modelo formal dos autores, é mais fácil fazer cumprir concessões de políticas públicas impostas por agentes externos em países com pequenas coalizões vencedoras, refletindo esse sucesso de volta ao governo doador. A conclusão geral é que as transferências de ajuda em troca de concessões políticas prolongam a sobrevivência dos líderes de ambos os países beneficiários envolvidos no acordo, enquanto prejudicam os cidadãos da nação recipiendária. Temos, portanto, a manutenção de líderes autocráticos no poder e a imposição de políticas que cuja demanda não parte da população (De Mesquita and Smith, 2009). A este respeito, a *Selectorate Theory* apresenta um quadro deprimente sobre o efeito da ajuda na atenuação da pobreza.

3 Hipóteses

Concernente à primeira pergunta de pesquisa, qual seja, “o regime político afeta a efetividade da ajuda externa”, a literatura aponta a existência de incentivos diferentes em democracias e autocracias para a utilização de recursos recebidos de entidades internacionais. Conforme apresentado na revisão de literatura, é de esperar que em democracias, governantes tenham maior propensão a investir recursos em boas políticas públicas, na medida em que elas aumentem a probabilidade de que seu grupo permaneça em postos de liderança. Democracias tendem a ter coalizões vencedoras amplas e são mais propensas a fornecer bens públicos do que autocracias, que tradicionalmente têm coalizões menores e têm preferência para alocar recursos do Estado para bens privados. A ajuda direcionada a países democráticos aumenta a disponibilidade e acessibilidade de água potável, de educação pública e de cuidados de saúde, fornecendo à população mais vulnerável as habilidades e segurança de que precisam para sair da pobreza

Portanto,

Hipótese 1a: *Ajuda direcionada a democracias produzirá maior crescimento econômico do que aquela direcionada a autocracias*

A mensuração da variável dependente tem papel central na captura do efeito. Há debate sobre o uso do PIB per capita como *proxy* de desenvolvimento econômico, e essas dúvidas são ainda mais relevantes para os objetivos expressos nos acordos de ajuda externa, que enfatizam sobretudo o combate à pobreza. Assim, derivamos uma segunda hipótese relacionada à primeira:

Hipótese 1b: *Ajuda direcionada a democracias produzirá maior queda na pobreza do que aquela direcionada a autocracias*

4 Operacionalização e Dados

- Variável dependente
 - dados sobre crescimento econômico e níveis de pobreza de países recipiendários são prontamente disponíveis no World Development Indicators (World Bank, 2013). Devido à restrição imposta pela disponibilidade de dados referentes à variável independente principal, o período que se pretende cobrir se estende de 1960 a 2011;
- Variáveis independentes principais
 - Dados sobre fluxo de Ajuda Externa são coletados e divulgados pelo *Development Co-operation Directorate* (DAC), da OCDE. Dados desagregados por ano estão disponíveis desde 1960, e permitem identificar projetos temáticos, perdão de dívidas e recipiendário da ajuda;
 - Dados sobre regimes políticos serão coletados do Polity Index (2013) e do projeto *Democracy and Dictatorship Revisited* (Cheibub et al., 2010)
- Variáveis de controle
 - População (WDI, 2013) é uma variável que está historicamente associada ao fluxo de ajuda externa (Alesina and Dollar, 2000). A literatura indica que a população do país recipiendário deve ser controlada para capturar o efeito de países pequenos, que recebem quantidade maior de ajuda com relação ao se PIB per capita (Burnside and Dollar, 2004)
 - PIB per capita (WDI, 2013) controla para o fato de que o fluxo de ajuda externa é concentrado em países menos desenvolvidos, Ademais, dado que há

alta correlação entre PIB e democratização, a variável independente principal estaria mal identificada sem esse controle

- Polarização étnica (Fearon 2002) mede a segregação entre diferentes grupos étnicos no país recipiendário. Esta medida é justificada pelo fato de que maior polarização é associada a maiores níveis de violência política e a políticas públicas de pior qualidade

5 Metodologia e Resultados Preliminares

Vimos acima que a relação entre ajuda externa e redução da pobreza é contestada. O problema de identificação é recorrente nas ciências sociais e exige razoável controle sobre o processo gerador dos dados. Como o presente trabalho se apoia em dados observacionais, coletados por terceiros e sem qualquer mecanismo de controle contra variáveis não observadas, a ambição de se isolar o efeito da ajuda externa ou da democracia sobre a pobreza deve ser atenuada.

Dadas as limitações impostas pela falta de controle sobre a manipulação dos dados, podemos tomar algumas medidas que nos permitam reduzir o problema de variáveis não observadas e de endogeneidade entre o nível de pobreza de um país e a quantidade de ajuda externa que ele recebe. O estimador Arellano-Bond responde razoavelmente bem aos desafios impostos pela proposta. Uma de suas características é subtrair os valores “correntes” das variáveis de seus valores em $t-1$, respondendo à suposição de que a ajuda é correlacionada com os níveis iniciais de pobreza (Hansen and Tarp, 2001). Espera-se que essa propriedade reduza a endogeneidade do modelo. Por outro lado, a especificação desse modelo é complexa, já que tende a gerar estimadores voláteis, altamente dependentes do tipo de mensuração utilizado para capturar as variáveis de

interesse. Para efeito deste trabalho, os modelos serão submetidos aos estimadores OLS e de Efeitos Fixos.

Para testar a hipótese de efetividade da ajuda externa condicionada ao nível democrático do recipiendário, será necessário incluir um termo de interação entre essas duas variáveis no modelo. Um desafio é identificar corretamente a direção da causalidade, pois é possível que a quantidade de ajuda externa direcionada a um país seja, ela mesma, afetada pelo crescimento da economia do recipiendário, ou pelo nível de pobreza existente. De fato, a endogeneidade de modelos pode ser o que impede a literatura de achar efeitos significantes de ajuda sobre o desenvolvimento.

5.1 Estimador OLS

O primeiro modelo proposto é um estimador OLS com correção de erros-padrão. Este é o modelo mais básico, aplicando menos restrições do que os outros estimadores propostos no trabalho. O estimador OLS produz resultados apropriados para variáveis dependentes contínuas, desde que sejam cumpridas, entre outras, as condições de independência entre as observações. A principal característica dos dados em painel, porém, é a repetição de observações (no caso deste trabalho, os países estudados). Ambas as propriedades temporais e espaciais dos dados em painel produzem problemas para o uso de estimadores OLS, pois geram interdependência entre as observações, as estimativas podem resultar enviesadas ([Green et al., 2001](#)).

[Beck and Katz \(1995\)](#) defendem que as estimativas de OLS em dados de painel muitas vezes têm boa performance, embora não sejam ótimas. Como os erros-padrão podem ser imprecisos com esses dados, eles propõem que sejam utilizados estimadores pontuais da OLS, conjuntamente com a introdução de erros-padrão corrigidos por painéis. No entanto, essa abordagem pode fazer com que os erros-padrão sejam sub-

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
	Tx Pobreza	Tx Pobreza	Tx Pobreza	Tx Pobreza	Tx Pobreza	Tx Pobreza
Ajuda externa	-0.253*** (0.00441)	-0.379*** (0.00636)	-0.227*** (0.0176)	-0.203*** (0.0178)	-0.216*** (0.0179)	-0.202*** (0.0173)
Pop		0.679*** (0.0245)	0.489*** (0.0359)	0.646*** (0.0347)	0.698*** (0.0340)	0.602*** (0.0338)
PIB per capita			-0.128*** (0.0190)	-0.141*** (0.0194)	-0.145*** (0.0196)	-0.101*** (0.0192)
Democracia				-0.0174*** (0.00137)	-0.0184*** (0.00139)	0.0523*** (0.00565)
Frac Etnica					2.036*** (0.225)	2.028*** (0.228)
Ajuda externa × Democracia						-0.00881*** (0.000688)
Constant	11.54*** (0.154)	1.795*** (0.360)	3.795*** (0.537)	1.161* (0.526)	-0.516 (0.527)	0.845 (0.523)
Observations	4832	4831	2511	2479	2404	2404

Standard errors in parentheses

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Tabela 1: OLS

ou superestimados a depender da variação amostral, pondo em dúvidas a validade do teste.

Os resultados são apresentados na Tabela 1. Como esperado, a inclusão de novas variáveis no modelo aditivo não muda o sinal esperado entre elas, tampouco sua significância. As variáveis de ajuda externa e regime têm efeito negativo sobre o nível de pobreza dos países recipiendários, mas o resultado que nos interessa de maneira mais imediata são o coeficiente e a significância do termo de interação. Através dele, pode-se observar que o efeito da ajuda condicionado ao regime é negativo, dando apoio à hipótese de que recipiendários com instituições mais consolidadas conseguem uma redução maior da pobreza quando comparados com regimes autocráticos.

5.2 Efeitos Fixos

A suposição por trás da OLS é que as variáveis independentes controlam para quaisquer variações transversais à variável dependente, e se elas não são incluídas explicitamente no modelo é porque eles não estão correlacionadas com os preditores (condição de homocedasticidade). Para um desenho de pesquisa como o proposto, em que a unidade de análise é o país-ano, essa suposição provavelmente é violada. Os países são unidades altamente heterogêneas, com inúmeras características geográficas, históricas e culturais (entre outros) não observadas e potencialmente correlacionados com a variável dependente. Há ainda a possibilidade de algumas dessas variáveis estejam correlacionadas concomitantemente com níveis de pobreza, níveis de democracia e fluxo de ajuda externa, elevando o risco de viés de variável omitida.

O segundo estimador aplicado introduz, portanto, dummies de efeitos fixos que possibilitem o controle de variáveis não observadas específicas de cada país. Este estimador controla para variação não observada entre os países quando ela é constante durante

todo o período de análise, além de correlacionada com as variáveis independentes no modelo. Enquanto na OLS todos os países têm o mesmo intercepto, com efeitos fixos atribui-se a cada país um intercepto próprio (Green et al., 2001). Os resultados deste modelo são exibidos na Tabela 2, e reforçam a robustez dos resultados encontrados nos modelo discutido acima, especialmente no termo de interação.

No entanto, os problemas de endogeneidade entre as variáveis pode fazer com que as estimativas dos modelos de Efeitos Fixos não sejam confiáveis, já que as variáveis incluídas no modelo serão correlacionados sistematicamente com o termo de erro. De fato, o estimador de efeitos fixos requer exogeneidade estrita das variáveis independentes em relação ao termo de erro. Se algumas das variáveis independentes no tempo t estão correlacionados com um choque aleatório no tempo $t - 1$, o estimador de Efeitos Fixos é inconsistente (Hansen and Tarp, 2001).

Além disso, a capacidade do estimador para controlar a heterogeneidade de variáveis não observadas ao longo do tempo implica que o estimador de Efeitos Fixos controla a variação *dentro* dos países, mas não leva em conta diferenças não observadas *entre* os países. Devido às inconsistências apontadas do estimador de Efeitos Fixos, o trabalho propõe a aplicação de um terceiro e último estimador capaz de levar em consideração tanto problemas de heterogeneidade quanto os efeitos específicos de cada país.

5.3 Arellano-Bond

A relação não robusta apontada pela literatura sobre a eficácia da ajuda sobre o crescimento econômico e a redução da pobreza pode ser causada por problemas de endogeneidade. Isto implica que a grande variação nos resultados de diferentes estudos pode ser efeito do fato de que os países relativamente pobres receberão mais ajuda do que países ricos (ver, por exemplo, Boone 1996). Nos modelos estatísticos aplicados em

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
	Tx Pobreza	Tx Pobreza	Tx Pobreza	Tx Pobreza	Tx Pobreza
Ajuda externa	-0.254*** (0.00441)	-0.343*** (0.00664)	-0.104*** (0.0167)	-0.0854*** (0.0168)	-0.0746*** (0.0158)
População		0.486*** (0.0276)	-0.143*** (0.0419)	-0.0450 (0.0432)	-0.139*** (0.0410)
PIB per capita			-0.155*** (0.0174)	-0.165*** (0.0178)	-0.122*** (0.0169)
Democracia				-0.0106*** (0.00127)	0.0695*** (0.00472)
Ajuda externa × Democracia					-0.0101*** (0.000577)
Constant	11.78*** (0.0354)	4.760*** (0.400)	13.09*** (0.618)	11.43*** (0.647)	12.79*** (0.613)
Observations	4832	4831	2511	2479	2479

Standard errors in parentheses

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Tabela 2: Efeitos Fixos

dados de painel até agora, problemas de endogeneidade podem ter contribuído para a incerteza sobre a causalidade ou sobre a direção do efeito. As mesmas estimativas seriam encontradas para dois casos bastantes distintos: aqueles nos quais a ajuda contribui para aumentar a pobreza, e aqueles nos quais a ajuda simplesmente é dada aos países relativamente pobres.

No desenvolvimento futuro do trabalho, trabalharemos na especificação correta para o ajuste de um modelo usando os estimador Arellano-Bond. Ele foi projetado para situações em que observamos 1) painéis com T pequeno e N grande, ou seja, poucos períodos de tempo e muitas observações; 2) uma relação funcional linear (no parâmetro); 3) uma variável dependente que é dinâmica, relacionada a observações anteriores; 4) variáveis independentes que não são estritamente exógenas, ou seja, correlacionados a observações anteriores e, possivelmente, ao erro; 5) efeitos fixos individuais; e 6) heterocedasticidade e autocorrelação *dentre* dos indivíduos, mas não *entre* eles (Roodman 2006). Especialmente em relação ao primeiro ponto, séries de tempo com T pequeno podem levar a imprecisões na estimativa de Efeitos Fixos.

O estimador de Arellano-Bond transforma os regressores através de diferenciação: ele subtrai o valor das variáveis em t a partir do valor das variáveis em $t - 1$. Assim, ele responde à constatação de que o nível de ajuda é altamente correlacionada com o nível inicial de pobreza (Hansen and Tarp, 2001). Ao fazê-lo, captura o efeito das variáveis independentes especificamente sobre a alteração do nível de pobreza. Por exemplo, a variação anual do fluxo de ajuda recebida por um país provavelmente não vai ser causada por uma alteração nos níveis de pobreza de um ano para o outro, mas sim pelo nível de pobreza daquele país. Ao dar ênfase no nível de pobreza inicial em lugar da variação da pobreza, o problema da endogeneidade é minimizado. O maior desafio desta técnica é encontrar o período adequado de defasagem para a diferenciação da variável dependente. Este desafio, porém, pode ser enfrentado com a simulação de diferentes períodos de

defasagem e o subsequente teste sobre o efeito da defasagem sobre a relação entre as variáveis analisadas.

6 Conclusão e Agenda

Este trabalho buscou exibir os resultados preliminares da pesquisa. Os esforços principais se concentraram na montagem do banco de dados, confeccionado a partir de diferentes fontes, e na estimação dos primeiros modelos a serem analisados. Os primeiros resultados sugerem que as hipóteses levantadas pelo trabalho estão na direção esperada, particularmente para a variável que constitui sua contribuição principal: a interação entre regime e fluxo de ajuda externa. Trata-se, no entanto, de modelos com limitações conhecidas, e que sobretudo não permitem fazer inferências causais sobre a influência dos regimes domésticos sobre a eficácia da ajuda externa.

A agenda desta pesquisa prosseguirá com o ajuste de modelos mais sofisticados, que permitam tratar com mais rigor o problema da endogeneidade das variáveis. O modelo Arellano-Bond costuma ser demasiadamente sensível às especificações definidas pelo pesquisador, de modo que a seleção do modelo deve ser feita de maneira cuidadosa. Ademais, por não se tratar de um modelo linear, a interpretação de seus coeficientes não se limita a interpretação do efeito médio das variáveis independentes sobre a dependente. A apresentação dos resultados depende do desenvolvimento de ferramentas gráficas que permitam demonstrar o efeito marginal *ao longo* das variáveis independentes. Trata-se de tarefa que ainda está por ser concluída na literatura sobre o tema, e sobre a qual pretendemos nos debruçar em momentos subsequentes da pesquisa.

Referências

- Alesina, A. and Dollar, D. (2000). Who gives foreign aid to whom and why? *Journal of economic growth*, 5(1):33–63.
- Alvarez, M., Cheibub, J., Limongi, F., and Przeworski, A. (2000). Democracy and development: Political institutions and material well being in the world.
- Ayittey, G. B. (2005). *Africa unchained: The blueprint for Africa's future*. Palgrave Macmillan New York, NY.
- Banik, D. (2010). *Poverty and elusive development*. Universitetsforlaget.
- Beck, N. and Katz, J. N. (1995). What to do (and not to do) with time-series cross-section data. *American political science review*, 89(03):634–647.
- Boone, P. (1994). *The impact of foreign aid on savings and growth*. London School of Economics and Political Science, Centre for Economic Performance.
- Burnside, A. C. and Dollar, D. (2004). Aid, policies, and growth: revisiting the evidence. *World Bank Policy Research Working Paper*, (3251).
- Cheibub, J. A., Gandhi, J., and Vreeland, J. R. (2010). Democracy and dictatorship revisited. *Public Choice*, 143(1-2):67–101.
- Chenery, H. B. and Eckstein, P. (1970). Development alternatives for latin america. *The Journal of Political Economy*, pages 966–1006.
- Collier, P. and Dollar, D. (2002). Aid allocation and poverty reduction. *European Economic Review*, 46(8):1475–1500.

- Dalgaard, C.-J. and Hansen, H. (2001). On aid, growth and good policies. *Journal of development Studies*, 37(6):17–41.
- De Mesquita, B. B. and Smith, A. (2005). *The logic of political survival*. MIT press.
- De Mesquita, B. B. and Smith, A. (2007). Foreign aid and policy concessions. *Journal of Conflict Resolution*, 51(2):251–284.
- De Mesquita, B. B. and Smith, A. (2009). A political economy of aid. *International Organization*, 63(02):309–340.
- Doucouliaagos, H. and Ulubalu, M. A. (2008). Democracy and economic growth: a meta-analysis. *American Journal of Political Science*, 52(1):61–83.
- Gilbert, C. L. and Vines, D. (2006). *The World Bank: structure and policies*, volume 3. Cambridge University Press.
- Green, D. P., Kim, S. Y., and Yoon, D. H. (2001). Dirty pool. *International Organization*, 55(02):441–468.
- Hansen, H. and Tarp, F. (2000). Aid effectiveness disputed. *Foreign Aid and Development: Lessons Learnt and Directions for the Future*, pages 103–128.
- Hansen, H. and Tarp, F. (2001). Aid and growth regressions. *Journal of development Economics*, 64(2):547–570.
- Hudson, J. and Mosley, P. (2001). Aid policies and growth: In search of the holy grail. *Journal of International development*, 13(7):1023–1038.
- Kuznets, S. (1955). Economic growth and income inequality. *The American economic review*, pages 1–28.

- Lensink, R. and White, H. (2001). Are there negative returns to aid? *Journal of development Studies*, 37(6):42–65.
- Levine, R. and Roodman, D. (2003). New data, new doubts: Revisiting 'aid, policies, and growth'. *Center for Global Development*, 11.
- Lu, S. and Ram, R. (2001). Foreign aid, government policies, and economic growth: Further evidence from cross-country panel data for 1970-1993. *Economia Internazionale/International Economics*, 54(1):15–29.
- Meredith, M. (2007). *The fate of Africa: A history of fifty years of independence*. PublicAffairs.
- Morgenthau, H. J. (1962). *Politics in the Twentieth Century: The restoration of American politics*, volume 3. University of Chicago Press.
- Mundial, B. (1992). Governance and development. In *Governance and Development*. World Bank.
- Radelet, S. (2006). A primer on foreign aid. *Center for Global Development working paper*, 92.
- Rosenstein-Rodan, P. N. (1961). International aid for underdeveloped countries. *The Review of Economics and Statistics*, pages 107–138.
- Sachs, J. D., Warner, A., Åslund, A., and Fischer, S. (1995). Economic reform and the process of global integration. *Brookings papers on economic activity*, pages 1–118.
- Van der Walle, N. (2001). African economies and the politics of permanent crisis.
- White, H. (1992). The macroeconomic impact of development aid: a critical survey. *The Journal of Development Studies*, 28(2):163–240.

Wintrobe, R. (1990). The tinpot and the totalitarian: An economic theory of dictatorship. *American Political Science Review*, 84(03):849–872.

Wright, J. and Winters, M. (2010). The politics of effective foreign aid. *Annual Review of Political Science*, 13:61–80.